



Prefeitura Municipal de Cerquilha

CNPJ 46.634.614/0001-26

RUA ENG. URBANO FÁDUA DE ARAÚJO, 28 - CENTRO

CEP 18520-000 CERQUILHO - SÃO PAULO

TEL. (15) 3384-9111 FAX (15) 3384-9110

www.cerquilha.sp.gov.br

CERTIDÃO

Processo DEPRE nº 7002289-63.2005.8.26.0500 – Precatório a receber pela Prefeitura de Cerquilha

CERTIFICO, para fins de instrução em processo de Prestação de Contas Anual junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que o processo DEPRE nº 7002289-63.2005.8.26.0500 – Precatório a receber pela Prefeitura de Cerquilha, encontra-se extinto, conforme documentos emitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

CERTIFICO, ainda, que os valores pertencentes ao Município de Cerquilha, vez tratar-se de ação judicial coletiva, foram entregues e contabilizados em 13/11/2013.

Anexos:

Documentos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Ofício do escritório de advogados que atuaram na ação.

Receita contabilizada.


ALDOMIR JOSÉ SANSON
Prefeito Municipal



FOZ

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

SÃO PAULO, 06 DE NOVEMBRO DE 2.013

Exmo. Sr.
ANTONIO DEL BEM JUNIOR
DD. Prefeito Municipal
18520-000-CERQUILHO

REF: AÇÃO ORDINÁRIA MOVIDA PELA
PREFEITURA CONTRA A FAZENDA DO
ESTADO.
PROCESSO N. 92/1982

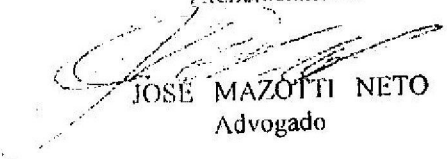
SENIOR PREFEITO:

Estamos encaminhando a V. Exa, cheque no valor de R\$2.182,79 (dois mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), em razão do depósito judicial realizado pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, na Ação movida pelo Município, para obter o correto pagamento da participação do Município na arrecadação do ICMS, cujo valor corresponde ao pagamento do saldo da conta de liquidação, conforme moratória constitucional.

Na importância em anexo, já estão descontados os nossos honorários contratuais, no valor de R\$545,70.

Colocamo-nos à disposição de V.Exa., para prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente


JOSE MAZOTTI NETO
Advogado

PRINCIPAL..... R\$ 2.728,49
HONORÁRIOS. R\$ 545,70
LÍQUIDO..... R\$ 2.182,79



WILSON LUIS DE SOUSA FÓZ
ANTONIO JOSÉ DE SOUSA FÓZ
MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NABUCCO
MIGUEL DIAS PEREIRA DA COSTA
DOMINGOS PIRES DE MATIAS
JULIO BONAFINTE
JOSE MAZOTTI NETO
LUCIANA DIAS DOS SANTOS SILVA

FABIANO SCHWARTZMANN FÓZ
SAMANTHA RODRIGUES DIAS RIBEIRO
EDER DE CARVALHO
NILTON DIAS PEREIRA
MARCELO MAZOTTI
ACÁCIO AUGUSTO ANDRADE JÚNIOR
CINTIA MIYUKI KATAURA

FOZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS
RUA SENADOR PAULO EGÍDIO 72 - 6º ANDAR - CONJUNTO 801
CENTRO - SÃO PAULO - SP - CEP 01008-900
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES (11) 3113-8100
FONE (11) 3113 0101 - FAX (11) 3113 8129
FOZADVOGADOS@FOZADVOGADOS.COM.BR
WWW.FOZADVOGADOS.COM.BR



FOZ

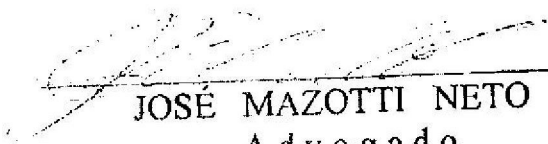
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

R E C I B O

Pelo presente, declaramos haver recebido da PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO, a importância de R\$545,70 (quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos), referentes a honorários advocatícios contratados para a propositura de Ação Ordinária contra a FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, para cobrança da correta participação do Município na arrecadação do ICMS, referindo-se este pagamento ao levantamento do depósito efetuado no Processo n. 92/1982 da Fazenda Estadual.

Dando plena e geral quitação do recebido, firmamos o presente em duas vias de igual teor.

São Paulo,



JOSE MAZOTTI NETO
Advogado



WILSON LUIS DE SOUSA FOZ
ANTONIO JOSE DE SOUSA FOZ
MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA MARDUTIS
MIRIAM DIAS PEREIRA DA COSTA
DOMINGOS PIRES DE MATIAS
JULIO BONAFONTE
JOSE MAZOTTI NETO
LUCIMAR DIAS DOS SANTOS SILVA

FABIANO SCHWARTZMANN FOZ
SAMANTHA RODRIGUES DIAS MIHARA
EDER DE CARVALHO
NILTON DIAS PEREIRA
MARCELO MAZOTTI
ACACIO AUGUSTO AZURADE JUNIOR
CINTIA RYUKI KATAOKA

FOZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS
RUA SENADOR PAULO EGÍDIO 72 - 6º ANDAR - CONJUNTO 801
CENTRO - SÃO PAULO - SP - CEP 01006-904
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES (11) 3113-0108
FOFIE (11) 3113-0101 - FAX (11) 3113-0129
FOZADVOGADOS@FOZADVOGADOS.COM.BR
WWW.FOZADVOGADOS.COM.BR

Conta	Banco	Agência	CV	CI	Conta nº	C2	Série	Cheque nº	C3	RS	R\$ 52.162,79
001	001	8015	0	0	989 020-1	2	001	210481	4		
001	001	8590	3	0	7-7-020-1		001	210481	5		

Pago por este cheque a quantia de DOIS MIL, CENTO E OITENTA E DOIS REAIS E SETENTA E NOVE

CENTAVOS e centavos acima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO ou a sua ordem.

Cheque Ouro Executivo São Paulo, 06 de novembro de 20 13

BANCO DO BRASIL

EST. LUIZ CARLOS MENDES, SP
 Nº 225 235/8694-07
 LUIZ CARLOS MENDES LT
 LUIZ CARLOS MENDES LT
 02/2013

JOSE MAZOTTI NETO
 CPF 182.864.408-87
 WILSON LUIS DE SOUSA ROZ
 CPF 154.054.618-87
 CLIENTE BANCÁRIO DESDE 08/1983

0011681320 01021048150 0304815020150



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2013

Página: 2/5

PROTOCOLO 21

EXTRATO BANCÁRIO DO PERÍODO 13/11/2013 à 13/11/2013

Dt. Movto.	Cheque/Documento	Histórico	Empenho	FR	Apl/Var	Lancto.	A. Caixa	Grupo	Depósito	Saque	Saldo
13/11/2013		110.000									
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3170435 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99000		79841	32,93	0,00	7.699,40
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3170436 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99005		79842	32,62	0,00	7.732,02
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3170437 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99010		79843	32,31	0,00	7.764,33
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3171847 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99013		79845	25,76	0,00	7.790,09
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3138677 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99016		79846	28,07	0,00	7.818,16
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3016057 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99021		79848	22,62	0,00	7.840,78
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3155223 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99024		79849	21,76	0,00	7.862,54
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3184773 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99029		79850	18,60	0,00	7.881,14
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3184774 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99032		79851	18,06	0,00	7.899,20
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3066909 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99037		79852	33,02	0,00	7.932,22
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3066910 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99040		79853	32,06	0,00	7.964,28
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3107728 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99045		79854	58,11	0,00	8.022,39
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3107729 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99048		79855	56,42	0,00	8.078,81
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3181182 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99053		79856	19,55	0,00	8.098,36
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3181183 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99058		79857	19,36	0,00	8.117,72
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3095748 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99063		79863	30,26	0,00	8.147,98
13/11/2013	99064	FOZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS - DR JOSE MAZOTTI NETO - PROC 92/1982 - RECEITA EVENTUAL (FOZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS - DR JOSE MAZOTTI NETO - PROC 92/1982) - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99064		79864	2.182,79	0,00	10.330,77
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3086508 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99069		79865	41,95	0,00	10.372,72
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3086509 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99072		79866	40,66	0,00	10.413,38
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 2381256 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99078		79867	423,73	0,00	10.837,11
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3107344 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99081		79868	56,39	0,00	10.893,50
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3242314 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99087		79875	326,78	0,00	11.220,28
13/11/2013		Documento Tributário - Aviso Nº 3245236 - FR: 01 - Aplic./Var.: 110.000				99093		79876	147,27	0,00	11.367,55

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTINA SOTO CARDIA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-EIK7-921Y-4W5V-BRTA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPRE 1.3 - Serviço de Publicação, Expedição, Certidão e Extinção de Precatórios

Endereço: Rua dos Sorocabanos, 680

Ipiranga - CEP 04202-001 - São Paulo - SP

Fone: (11) 2068-2613 - E-mail: depre1.3@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo DEPRE n°: **7002289-63.2005.8.26.0500**

Nº Ordem: **107/2006** Natureza: **Outras Espécies**

Processo Origem nº: **0005926-33.1982.8.26.0053**

Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO E O/O e outro**

Ent. Devedora: **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Assunto: **Extinção de Precatório**

CONCLUSÃO

Em 27 de agosto de 2020, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. WANDERLEY FEDERIGHI, Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos.

NILSON ALVES DE ALMEIDA

Director

DEPRE

Vistos.

Em face da quitação do processo, **JULGO EXTINTO** o precatório. Oficie-se à devedora e ao Juízo de origem, enviando-se esta decisão para conhecimento.

P.I.C.

São Paulo, 27 de agosto de 2020.

WANDERLEY FEDERIGHI

Desembargador Coordenador da

Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos

DEPRE

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0919/2020, foi disponibilizado na página 03 do Diário da Justiça Eletrônico em 20/10/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Anderson Aparecido Rodrigues (OAB 271.104 SP)

ALCYR ROBERTO MENDONÇA

ANTONIO SÉRGIO BAPTISTA

JOSÉ WEINSCHNKEN

WILSON LUIS DE SOUSA FOZ

WLADIMIR RIBEIRO JUNIOR (OAB 125142/SP)

FERNANDA RIBEIRO DE MATTOS LUCCAS E OUTROS (OAB 136.973/SP)

Teor do ato: "Processo de Origem:0005926-33.1982.8.26.0053 -Unidade de Processamento das Execuções contra a Fazenda Pública da Comarca da Capital - UPEFAZ - Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes Vistos.Em face da quitação do processo, JULGO EXTINTO o precatório. Oficie-se à devedora e ao Juízo de origem, enviando-se esta decisão para conhecimento.P.I.C.São Paulo, 27 de agosto de 2020."

SÃO PAULO, 20 de outubro de 2020.

Antonio Alves Baptista (DEPRE)
Chefe de Seção Judiciário



0005926-33.1982.8.26.0053

Classe
Procedimento Comum CívelForo
Foro Central - Fazenda Pública/AcidentesVara
Unidade de Processamento das Execuções contra a Fazenda Pública da Comarca da Capital - UPEFAZJuiz
Ronaldo Frigini[Mais](#)

PARTES DO PROCESSO

Reqte	Município de Guaracai
Reqte	Município Potirendaba
Reqte	Município de Uru
Reqte	Município de Iguaracu do Tiete
Reqte	Município de Ituverava
Reqte	Município de Santo Expedito
Reqte	Município de Cubatao
Reqte	Município de Salmourao
Reqte	Município de Garçal
Reqte	Município Pongai
Reqte	Município de Cerquilha Advogado: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ
Reqdo	Fazenda do Estado de Sao Paulo Advogado: EDUARDO DE MELLO Advogada: Monica Hernandez de Sao Pedro

[Recolher](#)

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
31/10/2019	Ofício Juntado
31/10/2019	Ofício Expedido <i>Ofício - Seção Administrativa</i>
30/10/2019	Ofício Expedido
18/09/2019	Petição e Documento(s) Juntado <i>Petição de 24/04/2019- Protocolo: 00001761-8</i>
04/11/2016	Certidão de Publicação Expedida <i>Relação : 1816/2016 Data da Disponibilização: 04/11/2016 Data da Publicação: 07/11/2016 Número do Diário: 2234 Página: 1470/1486</i>
04/11/2016	Certidão de Publicação Expedida <i>Relação : 1816/2016 Data da Disponibilização: 04/11/2016 Data da Publicação: 07/11/2016 Número do Diário: 2234 Página: 1470/1486</i>
25/10/2016	Remetido ao DJE <i>Relação: 1816/2016 Teor do ato: Vistos. Diante da concordância expressa dos exequentes (fls. 563) com a impugnação da executada e nada mais havendo para o precatório nº EP 2289/05, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Após, transitada em julgado, remetam-se os autos à Seção Administrativa para que esta proceda à devolução à DEPRE do montante retido a fls. 555, bem como expeça-se ofício à DEPRE, solicitando a extinção da presente requisição, e arquivem-se os autos com as comunicações de praxe. Cópia desta decisão vale como ofício. P.R.I. Advogados(s): Monica Hernandez de Sao Pedro (OAB 132663/SP), EDUARDO DE MELLO (OAB 46585/SP), WILSON LUIS DE SOUSA FOZ (OAB 19449/SP)</i>

Relação: 1816/2016 Teor do ato: Autos nº 335/07 Vistos. 1.) Para levantamento do depósito do DEPRE (EC nº62/2009), considerando o lapso temporal transcorrido desde a propositura da ação, por primeiro, o I. Advogado, Mandatário que é, deverá informar se, para o(s) autor(es), houve a incidência de quaisquer das hipóteses de extinção de mandato previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 682 do Código Civil (fls. 494/500). 2.) Se positiva para qualquer autor, deverá o D. Advogado proceder imediatamente à regularização da representação processual. Na hipótese de falecimento, deverá promover a habilitação do espólio ou de todos os sucessores, se inexistente inventário ou arrolamento (artigo 43 do Código de Processo Civil), sob pena de suspensão dos futuros levantamentos dos depósitos judiciais e de restituição dos valores, atualizados pela correção monetária e acrescidos de juros de mora, indevidamente levantados após a data do óbito. 3.) Se negativa, a fim de evitar possíveis transtornos e impugnações, deverão os exequentes, se representados por procuradores distintos, peticionar em conjunto, apresentando demonstrativo do valor referente aos seus créditos (principal e juros). 4.) Para a hipótese de cessão de crédito parcial, cedente e cessionário deverão indicar os valores decorrentes da divisão do crédito, inclusive para a parte reservada ao pagamento de honorários advocatícios contratuais, se prevista no contrato civil da cessão. 5.) Ainda para a cessão civil, sendo o crédito alimentar e pago, pelo DEPRE, com a prioridade IDOSO/ENFERMO (parágrafo 6º do artigo 97 do ADCT), o valor da parte do cessionário não poderá ser levantado, devendo o crédito retornar à conta judicial do TJ/SP, em razão do disposto no parágrafo 13 do artigo 100 da CF. Quanto à parte do crédito reservada ao pagamento de honorários advocatícios contratuais, se prevista no contrato civil da cessão ou se apresentado o contrato de prestação de serviços advocatícios (artigo 22, parágrafo 4º, da Lei Federal nº8.906/94), permanecerá nos autos à disposição do autor-cedente/Advogado. 6.) Na mesma oportunidade, a parte autora deverá, ainda, se manifestar sobre a extinção da execução (artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil) ou apontar eventual insuficiência. 7.) Para tais providências, concedo o prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser ampliado, na dependência de diligência que o D. Advogado tenha a realizar. 8.) Decorrido o prazo do Item 7, dê-se ciência dos autos à parte executada, para se manifestar, pelo prazo de 10 (dez) dias. 9.) Cumpridas todas as determinações dos itens anteriores, tornem os autos conclusos imediatamente. Int. Advogados(s): EDUARDO DE MELLO (OAB 46585/SP)

20/10/2016	Sentença Registrada
14/10/2016	 Extinta a Execução/Cumprimento da Sentença pela Satisfação da Obrigação <i>Vistos.Diante da concordância expressa dos exequentes (fls. 563) com a impugnação da executada e nada mais havendo para o precatório nº EP 2289/05, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.Após, transitada em julgado, remetam-se os autos à Seção Administrativa para que esta proceda à devolução à DEPRE do montante retido a fls. 555, bem como expeça-se ofício à DEPRE, solicitando a extinção da presente requisição, e arquivem-se os autos com as comunicações de praxe. Cópia desta decisão vale como ofício.P.R.I.</i>
13/10/2016	Conclusos para Decisão
13/07/2016	Recebidos os Autos do Advogado <i>RUA SENADOR PAULO EGIDIO, 72 (CONTROLE 335/07 4º) Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Cartório do Setor de Execuções contra a FazPública</i>
05/07/2016	Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor <i>RUA SENADOR PAULO EGIDIO, 72 (CONTROLE 335/07 4º) Tipo de local de destino: Advogado Especificação do local de destino: Wilson Luís de S. Foz</i> Vencimento: 19/07/2016
04/07/2016	Certidão de Publicação Expedida <i>Relação :0918/2016 Data da Disponibilização: 04/07/2016 Data da Publicação: 05/07/2016 Número do Diário: 1431 Página: 1442/1452</i>
29/06/2016	Remetido ao DJE <i>Relação: 0918/2016 Teor do ato: Execução nº 335/07V I S T O S.FL 558: Defiro vista dos autos aos exequentes conforme requerido.Int. Advogados(s): Monica Hernandes de Sao Pedro (OAB 132663/SP), EDUARDO DE MELLO (OAB 46585/SP), WILSON LUIS DE SOUSA FOZ (OAB 19449/SP)</i>
28/06/2016	 Decisão <i>Execução nº 335/07V I S T O S.FL 558: Defiro vista dos autos aos exequentes conforme requerido.Int.</i>
25/06/2016	Conclusos para Decisão
26/04/2016	Apensado ao processo <i>Apenso o processo 2000093-42.2015.8.26.0053 - Classe: Embargos à Execução - Assunto principal: Valor da Execução / Cálculo / Atualização</i>
20/01/2014	Certidão de Publicação Expedida <i>Relação :1038/2013 Data da Disponibilização: 20/01/2014 Data da Publicação: 21/01/2014 Número do Diário: 1574 Página: 1193/1268</i>
20/11/2013	Remetido ao DJE <i>Relação: 1038/2013 Teor do ato: Execução nº 335/07 V I S T O S. 1. Trata-se de pedido de levantamento requerido pela parte exequente (fls. 504/515), após depósito de precatório. A parte executada defende a retenção dos valores que aduz serem devidos (fls. 520/553). 2. Retenção de Imposto de Renda: a parte exequente poderá indicar ao Banco, no ato do levantamento, o valor do Imposto de Renda incidente sobre os créditos de cada autor e da verba honorária decorrente da sucumbência, bem como respectivos números de CPF/CNPJ, que deverão ser observados para retenção individual, em favor da fonte pagadora - EXECUTADO. 3. Pelo exposto, defiro o levantamento do valor incontroverso em favor da parte exequente (depósito a fls. 494/500). Expeça-se guia de levantamento observadas as cautelas legais e aviso no Diário Oficial do dia e hora para retirada. Valores previdenciários e contribuições oficiais hospitalares: determino a retenção dos montantes que constam no demonstrativo de pagamento efetuado pelo DEPRE a esse título. Caso a impugnação abranja tais valores, o repasse dessas quantias às respectivas autarquias ficará obstado até a resolução da impugnação ou ulterior determinação. Se ausente controvérsia sobre esses montantes, autorizo o repasse desses valores em favor das respectivas autarquias e a expedição de ofícios ao Banco Depositário para transferência. 4. Em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4357 em trâmite no STF e da recente decisão ali proferida, determino que se aguarde a modulação dos seus efeitos, oportunidade em que será analisada a impugnação apresentada e a suficiência ou não do depósito. 5. Com a notícia do julgamento da ADIN, tornem conclusos. Int. Advogados(s): Monica Hernandes de Sao Pedro (OAB 132663/SP), EDUARDO DE MELLO (OAB 46585/SP), WILSON LUIS DE SOUSA FOZ (OAB 19449/SP)</i>
03/10/2013	Mandado de Levantamento Expedido
30/09/2013	 Certidão de Cartório Expedida <i>Certidão - Genérica</i>

Execução nº 335/07 V I S T O S. 1. Trata-se de pedido de levantamento requerido pela parte exequente (fls. 504/515), após depósito de precatório. A parte executada defende a retenção dos valores que aduz serem devidos (fls. 520/553). 2. Retenção de Imposto de Renda: a parte exequente poderá indicar ao Banco, no ato do levantamento, o valor do Imposto de Renda incidente sobre os créditos de cada autor e da verba honorária decorrente da sucumbência, bem como respectivos números de CPF/CNPJ, que deverão ser observados para retenção individual, em favor da fonte pagadora - EXECUTADO. 3. Pelo exposto, defiro o levantamento do valor incontestado em favor da parte exequente (depósito a fls. 494/500). Expeça-se guia de levantamento observadas as cautelas legais e aviso no Diário Oficial do dia e hora para retirada. Valores previdenciários e contribuições oficiais hospitalares: determino a retenção dos montantes que constam no demonstrativo de pagamento efetuado pelo DEPPE a esse título. Caso a impugnação abranja tais valores, o repasse dessas quantias às respectivas autarquias ficará obstado até a resolução da impugnação ou ulterior determinação. Se ausente controvérsia sobre esses montantes, autorizo o repasse desses valores em favor das respectivas autarquias e a expedição de ofícios ao Banco Depositário para transferência. 4. Em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4357 em trâmite no STF e da recente decisão ali proferida, determino que se aguarde a modulação dos seus efeitos, oportunidade em que será analisada a impugnação apresentada e a suficiência ou não do depósito. 5. Com a notícia do julgamento da ADIN, tornem conclusos. Int.

18/09/2013	Conclusos para Decisão
18/09/2013	Recebidos os Autos da Procuradoria do Estado <i>Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Cartório do Setor de Execuções contra a FazPública</i>
19/06/2013	Remetidos os Autos para a Procuradoria do Estado com Vista <i>1ºV,2ºV E 3ºV. Tipo de local de destino: Procuradoria do Estado Especificação do local de destino: Procuradoria do Estado</i>
12/06/2013	Certidão de Publicação Expedida <i>Relação :0490/2013 Data da Disponibilização: 12/06/2013 Data da Publicação: 13/06/2013 Número do Diário: 1433 Página: 729/734</i>
06/06/2013	Remetido ao DJE <i>Relação: 0490/2013 Teor do ato: Execução nº 335/07 NOTA DE CARTÓRIO "Ciencia dos autos a parte executada para se manifestar no prazo de dez dias.Int." Advogados(s): Monica Hernandez de Sao Pedro (OAB 132663/SP), EDUARDO DE MELLO (OAB 46585/SP), WILSON LUIS DE SOUSA FOZ (OAB 19449/SP)</i>
04/06/2013	Ato ordinatório <i>Execução nº 335/07 NOTA DE CARTÓRIO "Ciencia dos autos a parte executada para se manifestar no prazo de dez dias.Int."</i>
14/02/2013	Recebidos os Autos do Advogado <i>Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Cartório do Setor de Execuções contra a FazPública</i>
05/02/2013	Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor <i>Rua Senador Paulo Egídio nº72 tel:3113-0101 (controle:335/07 vol.3) Tipo de local de destino: Advogado Especificação do local de destino: Wilson Luis de Sousa Foz</i>
22/01/2013	 Decisão <i>Autos nº 335/07 Vistos. 1.) Para levantamento do depósito do DEPPE (EC nº62/2009), considerando o lapso temporal transcorrido desde a propositura da ação, por primeiro, o l. Advogado, Mandatário que é, deverá informar se, para o(s) autor(es), houve a incidência de quaisquer das hipóteses de extinção de mandato previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 682 do Código Civil (fls. 494/500). 2.) Se positiva para qualquer autor, deverá o D. Advogado proceder imediatamente à regularização da representação processual. Na hipótese de falecimento, deverá promover a habilitação do espólio ou de todos os sucessores, se inexistente inventário ou arrolamento (artigo 43 do Código de Processo Civil), sob pena de suspensão dos futuros levantamentos dos depósitos judiciais e de restituição dos valores, atualizados pela correção monetária e acrescidos de juros de mora, indevidamente levantados após a data do óbito. 3.) Se negativa, a fim de evitar possíveis transtornos e impugnações, deverão os exequentes, se representados por procuradores distintos, peticionar em conjunto, apresentando demonstrativo do valor referente aos seus créditos (principal e juros). 4.) Para a hipótese de cessão de crédito parcial, cedente e cessionário deverão indicar os valores decorrentes da divisão do crédito, inclusive para a parte reservada ao pagamento de honorários advocatícios contratuais, se prevista no contrato civil da cessão. 5.) Ainda para a cessão civil, sendo o crédito alimentar e pago, pelo DEPPE, com a prioridade IDOSO/ENFERMO (parágrafo 6º do artigo 97 do ADCT), o valor da parte do cessionário não poderá ser levantado, devendo o crédito retornar à conta judicial do TJ/SP, em razão do disposto no parágrafo 13 do artigo 100 da CF. Quanto à parte do crédito reservada ao pagamento de honorários advocatícios contratuais, se prevista no contrato civil da cessão ou se apresentado o contrato de prestação de serviços advocatícios (artigo 22, parágrafo 4º, da Lei Federal nº8.906/94), permanecerá nos autos à disposição do autor-cedente/Advogado. 6.) Na mesma oportunidade, a parte autora deverá, ainda, se manifestar sobre a extinção da execução (artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil) ou apontar eventual insuficiência. 7.) Para tais providências, concedo o prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser ampliado, na dependência de diligência que o D. Advogado tenha a realizar. 8.) Decorrido o prazo do Item 7, dê-se ciência dos autos à parte executada, para se manifestar, pelo prazo de 10 (dez) dias. 9.) Cumpridas todas as determinações dos itens anteriores, tornem os autos conclusos imediatamente. Int.</i>
31/05/2011	Recebidos os Autos do Advogado <i>Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Cartório do Setor de Execuções contra a FazPública</i>
24/05/2011	Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor <i>R. Senador Paulo Egídio nº72 Tel:3113-0101 Tipo de local de destino: Advogado Especificação do local de destino: Wilson Luis de S. Foz</i>
12/02/2007	Transferência para outra Seção/Vara <i>Transferido das Varas da Fazenda para o "Setor de Execução", Vol.1 e 3</i>
31/01/2007	Despacho Proferido <i>466 CERTIDÃO Certifico e dou fé que o ofício requisitório, foi inserido no Orçamento do Estado(EXERCÍCIO DE 2006), estando portanto, no aguardo do pagamento . Certifico mais, que o nº de ordem do referido ofício é 107/2006. São Paulo, _31_ de _01_ de 2007. Eu, _____ Escrevente, subscrevi. CONCLUSÃO Em 01 de fevereiro de 2.007, faço estes autos conclusos ao MMº. Juiz de Direito, DR. RONALDO FRIGINI Eu, _____ (Miriam da Silva), Escrevente, subscrevi. Proc. nº 92/82 - ORDINÁRIA Tratando-se de execução que se enquadra na hipótese do artigo 2º do Provimento CSM nº 894/04, a Serventia deverá providenciar a imediata remessa dos autos ao Cartório do Distribuidor, (bem como o desapensamento de eventuais incidentes já decididos), para encaminhamento ao Setor de Execuções contra a Fazenda Pública, em cumprimento do disposto nos artigos 3º e 4º do mesmo Provimento. Ofício requisitório constante a fls.447/449. São Paulo, d.s. RONALDO FRIGINI JUIZ DE DIREITO DATA Em de fevereiro de 2007, recebi estes autos em Cartório. Eu subscrevi REMESSA Em / /2007, faço remessa destes autos ao Cartório do Distribuidor, para encaminhamento ao Setor de Execuções contra a Fazenda Pública - art.3º e 4º do Prov. CSM 894/04.Eu subscrevi Certidão Certifico e dou fé que, pelo sistema informatizado, foi atribuído a presente execução o número de controle interno / do Setor de Execuções contra a Fazenda Pública - RECEBIMENTO Eu, Em / /2006, recebi estes autos no Setor de Execuções contra a Fazenda Pública, em cumprimento do artigo 3º do Provimento CSM n.º 894/04.Escrevente, dig. e ass.</i>



Aguardando Publicação da imprensa urgente-143 com data prevista para publicação em 01.11.2006.

26/10/2006	Aguardando Publicação <i>Aguardando Publicação imprensa em 26.10.2006 Aguardando Publicação imprensa em 26.10.2006</i>
26/10/2006	Despacho Proferido <i>Proc. nº 92/82 - ORDINÁRIA Fls.: 458: Defiro a vista dos autos fora de Cartório pelo prazo de 05(cinco)dias para a regularização mencionada. Após, encaminhe-se ao setor de execução, com urgência. Proc. nº 92/82 - ORDINÁRIA Fls.: 458: Defiro a vista dos autos fora de Cartório pelo prazo de 05(cinco)dias para a regularização mencionada. Após, encaminhe-se ao setor de execução, com urgência. Fls. 459 - Proc. nº 92/82 - ORDINÁRIA Fls.: 458: Defiro a vista dos autos fora de Cartório pelo prazo de 05(cinco)dias para a regularização mencionada. Após, encaminhe-se ao setor de execução, com urgência.</i>

[^Recolher](#)

PETIÇÕES DIVERSAS

Não há petições diversas vinculadas a este processo.

INCIDENTES, AÇÕES INCIDENTAIS, RECURSOS E EXECUÇÕES DE SENTENÇAS

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

APENSOS, ENTRANHADOS E UNIFICADOS

Número	Classe	Apensamento	Motivo
2000093-42.2015.8.26.0053	Embargos à Execução	26/04/2016	

AUDIÊNCIAS

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

HISTÓRICO DE CLASSES

Data	Tipo	Classe	Área	Motivo
19/12/2009	Evolução	Procedimento Comum Cível	Cível	Implantação das tabelas unificadas de classes e assuntos (Resolução 46 do CNJ).
23/08/2008	Inicial	Procedimento Ordinário (em geral)	Cível	-